

Relatório da Administração – 2019

Atendendo às disposições legais, Regulatórias e Estatutárias, a Unimed de Bauru - Cooperativa de Trabalho Médico, localizada na Rua Gustavo Maciel, nº 11-30, CEP 17015-320, no município de Bauru, inscrita no CNPJ sob nº 44.456.036/0001-50, com registro definitivo na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sob nº 36965-9, vem, através do seu Diretor Presidente, apresentar aos Senhores Cooperados, Clientes (beneficiários), Parceiros e Colaboradores, o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Cooperativa, com os pareceres dos Auditores Independentes, Atuários e Conselheiros Fiscais, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. A Unimed de Bauru atua no mercado de saúde há 49 anos, com a finalidade de congregar os integrantes da profissão médica, para sua defesa econômica-social, proporcionando-lhes condições para o exercício de suas atividades e aprimoramento dos serviços de assistência Médico Hospitalar, Centros Diagnósticos próprios e redes credenciadas. Em 2019 a cooperativa contava com 850 médicos cooperados, contra 838 em 2018.

Política de Destinação de Resultados

A Unimed de Bauru apura seus resultados levando em conta a segregação dos valores em Atos Cooperativos Principais, Cooperativos Auxiliares e Não Cooperativos, conforme artigos definidos na Lei nº 5.764/71. A Cooperativa está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde, reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de resultado e Mutações do Patrimônio Líquido foram apresentadas aos Cooperados em Assembleia Geral Ordinária, no dia 25/03/2020, para apreciação, deliberação e destinação dos resultados. Os Cooperados presentes aprovaram o Balanço, deliberando pela distribuição das sobras líquidas, na proporção da produção de cada cooperado e a capitalização dos juros ao capital social.

Gestão da Carteira

Neste ano de 2019 iniciamos uma célula nova de trabalho, que tem a função de acompanhar a utilização assistencial e os desvios de uso dentro de cada contrato, com evidência para a tomada de ações e adequação contratual.

Relacionamento com os clientes e vendas

No centro da estratégia da Unimed Bauru estão mais de 170 mil clientes, considerando os beneficiários de intercâmbio e cessão de redes, reforçando o nosso compromisso com a satisfação e a melhor experiência assistencial. Por isso, além dos investimentos qualitativos em infraestrutura e desenvolvimento de pessoal, investimos em relacionamento com nossa rede de maiores clientes e associações classistas, estando presentes em suas demandas no momento que são detectadas ou solicitadas. Assim uma das principais estratégias é a de manutenção e fidelização dos clientes existentes. Também atuamos nas vendas de planos novos, mantendo a diferença pela qualidade diferenciada no mercado. A expectativa de crescimento real em 2020 era de 3%, mas com a pandemia estamos analisando novas estratégias para evitar a redução de nossa carteira.

Atenção à saúde: foco do cliente

Com o objetivo de manter os maiores clientes fidelizados com a Cooperativa, foi iniciado em conjunto com a Medicina Preventiva ações de mapeamento de saúde dentro das empresas. Essa ação é composta de questionário de informação da saúde do colaborador e "screening". Cruzado com as informações de saúde do colaborador do nosso sistema.

Negócios Sociais e Principais Fatos Internos e/ou Externos

Investimentos em rede assistencial - A Unimed Bauru possui em sua rede de atendimento assistencial um Hospital próprio e um Centro Diagnóstico que constantemente são efetuados investimento expressivos através de adequações prediais e de atualização de equipamentos de novas gerações, com o foco de oferecer uma medicina de excelência aos nossos beneficiários. O Centro de Diagnóstico Unimed, empreendimento com mais de 20 mil metros quadrados, ampliou seu atendimento com a aquisição de novos equipamentos de imagens, como a ressonância magnética, inauguração do centro cirúrgico ambulatorial e Laboratório de Genética.

Certificações - O Hospital Unimed Bauru manteve seu Certificado da Organização Nacional de Acreditação (ONA) nível III Acreditado com Excelência e investiu no aprimoramento do seu atendimento, com nova brinquedoteca na pediatria, centro cirúrgico maior e com mais salas, serviço de radioterapia e manutenção da sala de parto adequado. As certificações de gestão da qualidade ISO 9001 da Farmácia e da sede administrativa da operadora foram mantidas e certificadas. Estamos iniciando o projeto de Certificação da Operadora.

Responsabilidade social - A Unimed Bauru sempre privilegiou o envolvimento com a comunidade. Todos os eventos sociais da Unimed, como a festa de final de ano dos colaboradores, possuem ações que revertem em doações para entidades sociais, com arrecadação de mantimentos. O Curso para Gestantes, com inscrições gratuitas, também arrecada doações de fraldas e roupas de bebê entre os participantes, que depois são encaminhadas para famílias carentes. Entidades como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE-Bauru), Associação dos Familiares e Amigos de Portadores de Autismo de Bauru (Afapab), Centro Espírita Amor e Caridade (Ceac), Associação de Proteção à Maternidade e à Criança (Paiva) e Esquadrão da Vida, também recebem ajuda da Unimed para manutenção. A Unimed Bauru contribui mensalmente para a manutenção da Creche Maria Ribeiro, na Vila Falcão. Centro de Convivência Infantil João Paulo II. O Projeto Félix, que foca a inclusão digital para crianças e adolescentes carentes, é realizado em parceria com o Centro Espírita Amor e Caridade (Ceac) e a Missão Marianista no bairro Ferradura Mirim, em Bauru. Em 2019, o Programa Félix ampliou sua área de atuação, abrangendo mais uma instituição: o Projeto Girassol, também do Centro Espírita Amor e Caridade (Ceac), localizado no Núcleo Fortunato Rocha Lima. Eventos públicos também costumam contar com a participação do serviço de ambulância da Unimed, o SOS Unimed, que além de remoções faz o atendimento de emergência. A cooperativa também investe em Responsabilidade Socioambiental, como a Campanha de Agasalho para Pessoas e Pets e a Caminhada De Bem com a Vida. Realiza anualmente contribuição para a Associação dos Amigos da Natureza do Jardim Botânico de Bauru no projeto "Amigos da Natureza", este ano está previsto o plantio de mais 500 árvores em parceria com o Jardim Botânico de Bauru.

Recursos Humanos

No final de 2019, a cooperativa contava com 2268 colaboradores, sendo 376 terceirizados, atendendo a obrigatoriedade do Ministério do Trabalho na contratação de pessoas portadoras de deficiências. A manutenção de treinamentos, educação e integração continuada para colaboradores e gestores da cooperativa, reembolso de cursos e expansão dos programas de atenção e promoção da saúde dos colaboradores. Por seu caráter extremamente legalista, a Unimed de Bauru cumpre com todas as suas obrigações trabalhistas.

Investimentos em Outras Sociedades


A Cooperativa mantém investimentos em cotas de participações societárias da Federação das Unimeds do Estado de São Paulo, Unimed Intrafederativa Centro Oeste Paulista, Sicredi, Central Nacional Unimed e Unimed Seguradora e Compliance Gestão Hospitalar e Ambulatorial Ltda.

Aplicações Financeiras

A Unimed Bauru participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas suas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, classificadas em Aplicações Livres (não vinculadas) e Garantidoras (vinculadas às provisões técnicas – ANS), essas, possuindo restrições de resgate dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira.

Perspectivas e Estratégias para 2020

A Unimed Bauru em seu Planejamento Estratégico 2020 viabilizou investimentos visando a melhorias na qualidade de atendimento a seus beneficiários, sendo os principais: ampliação no Centro Cirúrgico, para a instalação do aparelho de Robótica, nova construção do Centro Oncológico para atendimento da quimioterapia pediátrica, novos equipamentos de imagens, equipamentos de radioterapia e ampliação da estrutura do Pronto Atendimento adulto do Hospital Unimed.


Emerson Luiz Cardia de Campos
Presidente do Conselho de Administração.

Unimed de Bauru – Cooperativa de Trabalho Médico
 CNPJ nº 44.456.036/0001-50 - Agência Nacional de Saúde Suplementar ANS nº 36965-9

Balancos patrimoniais
 Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
 Em milhares de reais

	Nota	2019	2018	Nota	2019	2018
Ativo						
Circulante		225.196	226.502		109.808	91.079
Disponível		17.901	22.578	13	43.306	34.279
Realizável		207.295	203.925		4.133	3.941
Aplicações financeiras	5	136.908	126.969			
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		33.222	31.670		222	296
Aplicações Livres		103.686	95.299		7.914	5.056
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	31.484	14.390		22.425	17.373
Contraprestações pecuniárias a receber		5.759	5.847		8.612	7.613
Participação Benef. Eventos e Sinistros Indenizáveis		6.041	4.967		1.479	1.422
Contraprestações de corresponsabilidade assumida		19.684	3.576		3.995	7.221
Créditos de oper. de assist. à saúde não relat.com planos de saúde da operadora	7	7.094	20.520	14	24.486	15.150
Créditos tributários e previdenciários		5.106	6.787	15	4.156	4.382
Bens e títulos a receber		25.231	33.676	16	29.485	26.313
Despesas antecipadas		1.455	1.566		2.901	2.312
Conta corrente com cooperados	17					
Não circulante		268.824	206.401		81.822	100.963
Realizável a longo prazo		32.632	10.649		2.373	312
Aplicações Livres	5	21.572	6.585		306	312
Depósitos judiciais e fiscais	9	4.447	4.064	17	2.067	-
Bens e títulos a receber	8	6.613	-	14	56.413	70.552
Investimentos	10	33.651	19.017	15	13.251	16.163
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial		20.446	9.314		9.750	13.902
Participações em Outras Sociedades		20.446	9.314		35	34
Participações Societárias pelo Método de Custo		13.205	9.703			
Imobilizado	11	200.720	174.066	19	302.390	240.861
Imóveis de uso próprio		110.893	103.274		34.976	31.279
Hospitais		104.780	97.203		253.104	195.144
Não hospitalares		6.113	6.071		166.252	110.438
Bens móveis de uso próprio		60.602	60.371		8.925	6.779
Hospitais		41.191	39.959		69.267	69.267
Não hospitalares		19.411	20.412		8.660	8.660
Imobilizações em curso		24.420	6.491		14.310	14.438
Outras Imobilizações: hospitalares		4.805	3.930			
Intangível	12	1.821	2.669			
Total do ativo		494.020	432.903		494.020	432.903
Passivo						
Circulante						
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde						
Provisão de prêmio/ contraprestação não ganhas - PPCNG						
Provisão para remissão						
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS						
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para outros prest. de serviços assistenciais						
Provisão de eventos/ sinistros ocorridos e não avisados - PEONA						
Débitos de operações assist. à saúde						
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde						
Débitos de oper. assist. à saúde não relat. com planos de saúde da operadora						
Tributos e encargos sociais a recolher						
Empréstimos e financiamentos a pagar						
Débitos diversos						
Conta corrente com cooperados						
Não circulante						
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde						
Provisão para remissão						
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS						
Provisões judiciais						
Tributos e encargos sociais a recolher						
Empréstimos e financiamentos a pagar						
Débitos diversos						
Patrimônio líquido						
Capital social integralizado						
Reservas:						
Reserva legal						
Reserva de assistência técnica, educacional e social – RATES						
Reserva técnica para riscos fiscais						
Reserva especial de sobras						
Sobras à disposição da AGO						
Total do passivo e do patrimônio líquido		494.020	432.903		494.020	432.903

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed de Bauru – Cooperativa de Trabalho Médico
CNPJ nº 44.456.036/0001-50 Agência Nacional de Saúde Suplementar ANS nº 36965-9

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
 Em milhares de reais

	Nota	2019	2018
Ingressos de contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde		529.752	352.234
Ingressos com operações de assistência à saúde		540.009	359.677
Ingressos de contraprestações líquidas		539.929	359.774
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		80	(97)
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(10.257)	(7.443)
Eventos indenizáveis líquidos	20	(441.067)	(302.331)
Dispêndios com eventos conhecidos ou avisados		(440.068)	(301.449)
Variação da provisão para eventos ocorridos e não avisados		(999)	(882)
Sobra das operações com planos de assistência à saúde		88.685	49.903
Outros ingressos/receitas operacionais de planos de assistência à saúde		1.235	1.177
Ingressos/ receitas de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	22	140.095	246.168
Ingressos/ receitas com operações de assistência médico-hospitalar		101.405	227.625
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar		19.125	-
Outros ingressos/ receitas operacionais		19.565	18.543
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde		(1.332)	(1.101)
Outros dispêndios/ despesas operacionais com planos de assistência à saúde		(2.846)	(20.382)
Outros dispêndios/ despesas de operações de planos de assistência à saúde		(2.410)	(14.097)
Provisão para perdas sobre créditos		(436)	(6.285)
Outros dispêndios/ despesas oper. de assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora	23	(131.975)	(193.311)
Resultado bruto		93.862	82.454
Dispêndios/ despesas com comercialização		(1.847)	(1.906)
Dispêndios/ despesas administrativas	24	(38.524)	(36.232)
Resultado financeiro líquido	25	18.107	9.449
Ingressos/ receitas financeiras		23.761	18.027
Dispêndios/ despesas financeiras		(5.654)	(8.578)
Resultado patrimonial		9.877	9.533
Ingressos/ receitas patrimoniais		10.544	9.732
Dispêndios/ despesas patrimoniais		(667)	(199)
Sobra antes dos tributos e participações		81.475	63.298
IRPJ	26	(1.732)	(1.506)
CSLL	26	(648)	(568)
Participações sobre o lucro		(492)	(141)
Sobra líquida do exercício		78.603	61.083

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed de Bauru – Cooperativa de Trabalho Médico
CNPJ nº 44.456.036/0001-50 Agência Nacional de Saúde Suplementar ANS nº 36965-9

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em milhares de reais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Sobra líquida do exercício	<u>78.603</u>	<u>61.083</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>78.603</u></u>	<u><u>61.083</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
 Em milhares de reais

	Capital social integralizado	Reserva legal	RATES	Reserva técnica para riscos	Reservas		Total
					Reserva especial de sobras	Sobras à disposição da AGO	
Saldos em 1º de janeiro de 2018	28.163	104.330	5.614	35.714	8.660	13.949	196.430
Deliberação da AGO de 1º/3/2018:							
Distribuição de sobras	-	-	-	-	-	(13.949)	(13.949)
Capitalização com juros sobre o capital	702	-	-	-	-	702	702
Baixa de capital	(467)	-	-	-	-	(467)	(467)
Integralização de capital	2.880	-	-	-	-	2.880	2.880
Antecipação de sobras	-	-	-	-	-	(5.819)	(5.819)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	61.083	61.083
Utilização da RATES	-	-	(1.889)	-	-	1.889	-
Constituição de reservas estatutárias:							
Reserva legal	-	6.108	-	-	-	(6.108)	-
RATES	-	-	3.054	-	-	(3.054)	-
Transferência para reserva "Ad-referendum" da AGO	-	-	-	33.553	-	(33.553)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	31.278	110.438	6.779	69.267	8.660	14.438	240.860
Deliberação da AGO de 26/3/2019:							
Distribuição de sobras	1.047	-	-	-	-	(14.438)	(14.438)
Capitalização com juros sobre o capital	(425)	-	-	-	-	1.047	1.047
Baixa de capital	3.076	-	-	-	-	(425)	(425)
Integralização de capital	-	-	-	-	-	3.076	3.076
Antecipação de sobras	-	-	-	-	-	(6.333)	(6.333)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	78.603	78.603
Utilização da RATES	-	-	(1.784)	-	-	1.784	-
Constituição de reservas estatutárias:							
Reserva legal	-	7.860	-	-	-	(7.860)	-
RATES	-	-	3.930	-	-	(3.930)	-
Transferência para reserva "Ad-referendum" da AGO	-	47.954	-	-	-	(47.954)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	34.976	166.252	8.925	69.267	8.660	14.310	302.390

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed de Bauru – Cooperativa de Trabalho Médico
CNPJ nº 44.456.036/0001-50 Agência Nacional de Saúde Suplementar ANS nº 36965-9

Demonstrações dos fluxos de caixa – método direto
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
 Em milhares de reais

	2019	2018
	(Reapresentado)	
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(+) Recebimento de planos saúde	469.563	447.006
(+) Resgate de aplicações financeiras	19.217	49.773
(+) Recebimentos de juros de aplicações financeiras	194	150
(+) Outros recebimentos operacionais	439.359	383.111
(-) Pagamento a fornecedores/prestadores de serviço de saúde	(391.741)	(357.918)
(-) Pagamento de comissões	(808)	(793)
(-) Pagamento de pessoal	(63.788)	(59.816)
(-) Pagamento de pró-labore	(1.468)	(1.361)
(-) Pagamento de serviços terceiros	(23.103)	(21.310)
(-) Pagamento de tributos	(101.551)	(88.782)
(-) Pagamentos de processos judiciais (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(4.500)	(5.643)
(-) Pagamento de aluguel	(2.691)	(2.206)
(-) Pagamento de promoção/publicidade	(2.580)	(2.100)
(-) Aplicações financeiras	(35.297)	(49.978)
(-) Outros pagamentos operacionais	(238.296)	(224.409)
Caixa líquido das atividades operacionais	62.510	65.724
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
(-) Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - hospitalar	(36.754)	(23.694)
(-) Pagamento de aquisição de ativo imobilizado – outros	(2.996)	(8.366)
(-) Pagamento de aquisição de participação em outras empresas	(6.494)	(1.999)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(46.244)	(34.059)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
(+) Integralização capital em dinheiro	2.904	2.610
(+) Outros recebimentos das atividades de financiamento	5.665	4.271
(-) Pagamento de amortização - empréstimos/financiamentos/leasing	(1.285)	(1.324)
(-) Pagamentos de participação no resultado	-	(11)
(-) Distribuição de sobras	(20.771)	(19.768)
(-) Outros pagamentos da atividade de financiamento	(7.456)	(5.238)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	(20.943)	(19.460)
Variação líquida do caixa	(4.677)	12.205
Saldo disponível final	17.901	22.578
Saldo disponível inicial	22.578	10.373
Variação líquida do caixa	(4.677)	12.205

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais

1 Contexto operacional

A Unimed de Bauru – Cooperativa de Trabalho Médico, sediada em Bauru SP, que contava com 838 e 850 cooperados no final de 2019 e de 2018, respectivamente, tem por objetivo a congregação dos integrantes da profissão médica, para sua defesa econômico-social, proporcionando-lhes condições para o exercício de suas atividades e aprimoramento dos serviços de assistência médica.

Esses planos propiciam o atendimento às necessidades de saúde de seus usuários, mediante o acesso à rede de prestadores de serviços próprios cooperados e credenciados na sua cidade sede e região. A Cooperativa conta com uma unidade de farmácia localizada no município de Bauru, onde atende exclusivamente seus empregados, cooperados e usuários, possui também no município de Bauru, uma unidade denominada, Hospital Unimed e outra unidade denominada Centro de Diagnóstico Unimed, para atendimento aos conveniados, outros convênios e particulares.

2 Ambiente regulatório

Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Cooperativa está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis.

3 Base para preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Cooperativa foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, ainda adaptadas às peculiaridades da atividade cooperativista em consonância com a Lei 5.764/1971. Esses

pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade. As demonstrações financeiras estão sendo também apresentadas segundo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela ANS através da Resolução Normativa nº 435 de 23 de novembro de 2018.

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Cooperativa em 7 de março de 2020.

b Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda de apresentação e funcional da Cooperativa.

d Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS exige que a Administração da Cooperativa faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Cooperativa e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 6** - Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa dos créditos de operações com planos de assistência à saúde;
- **Nota explicativa nº 11** – Análise da vida útil econômica para fins de determinação da depreciação do ativo imobilizado;
- **Nota explicativa nº 12** – Análise da vida útil econômica para fins de determinação da amortização do ativo;
- **Nota explicativa nº 13** – Provisão para eventos ocorrido e não avisados – PEONA e Ressarcimento ao SUS e
- **Nota explicativa nº 17** – Reconhecimento e mensuração de provisões de demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Cooperativa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a.1 Ativos financeiros

Classificados nas seguintes categorias: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação depende do modelo de negócio da Cooperativa para a gestão dos ativos, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

a.2 Passivos financeiros

A Cooperativa reconhece passivos financeiros classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Cooperativa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

b Caixa e equivalentes de caixa

Representado por numerários em caixa, saldos em bancos conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Cooperativa. Conforme determinação da ANS em grupo titulado "Disponível".

c Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão classificadas como:

Livres: são resgatáveis no prazo até 90 dias com risco insignificantes de mudança de seu valor de mercado, e,

Garantidoras de provisões técnicas: visam lastrear as provisões técnicas, no âmbito do sistema de saúde suplementar em conformidade com a RN 392/2015 e posteriores alterações pela RN 419/2016, as quais possuem cláusulas restritivas de resgate dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

d Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência, das receitas oriundas dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde e dos contratos na modalidade de custo operacional e intercâmbio com as Unimed's. A Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos. A Administração da Cooperativa, em análise dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

e Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos os custos.

f Investimentos

Representados, substancialmente, por participações societárias no sistema cooperativista e atividade médica, que são avaliados pelo valor justo das cotas.

Os investimentos em controladas e coligadas não cooperativas são avaliados por equivalência patrimonial. Nesse método, a participação proporcional da Cooperativa nos lucros ou prejuízos de sua investida é reconhecida no resultado não operacional.

g Imobilizado

g.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis. O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

g.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Cooperativa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

g.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais foram revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

h Intangível

Ativos intangíveis consistem em softwares de computador reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são amortizados ao longo de sua vida útil estimada, utilizando-se o método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de amortização, na vida útil ou no valor residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

i Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Administração da Cooperativa revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de

avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida do resultado. Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

j Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

São aquelas estabelecidas pela ANS para garantir liquidez financeira e operacional das operadoras de planos de assistência à saúde, a saber:

j1 Provisão de prêmios ou contraprestações não ganhas – PPCNG

Compreendem as parcelas de contribuições não ganhas, relativo ao período de cobertura do risco, nos contratos em pré-pagamento, constituída e revertida mensalmente, no último dia do mês, com relação ao risco decorrido. A Cooperativa não emite uma única fatura com mais de uma competência, assim, o cálculo "pro rata temporis" dar-se-á apenas na primeira emissão de cobrança, após isso o faturamento é por única competência.

j2 Provisão para remissão

Decorrente de cláusulas contratuais estabelecida pela RN 104 da ANS. É calculada mensalmente decorrente de obrigação contratual de manter assistência à saúde aos dependentes, quando da ausência do titular. A provisão é segregada entre benefícios concedidos e benefícios a conceder, conforme segue: Benefícios concedidos: quando aplicável, a Cooperativa deve constituir provisão para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações referentes à cobertura de assistência à saúde, quando existentes, sendo de constituição obrigatória a partir da data da efetiva autorização.

j3 Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS

O ressarcimento ao SUS, criado pelo artigo 32 da Lei nº 9.656/1998, e regulamentado pelas normas da ANS, é a obrigação legal das operadoras de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos.

j4 Provisão de eventos/ sinistros a liquidar

Provisões para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data-base de apuração. A resolução dispõe também que o registro contábil dos eventos a liquidar deverá ser realizado pelo valor integral cobrado pelo prestador ou apresentado pelo beneficiário, no primeiro momento da identificação da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da preliminar das despesas médicas.

j5 Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA

Conforme disposto na Resolução Normativa da ANS nº 209, de 29 de dezembro de 2009, a Cooperativa deve constituir mensalmente Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), para fazer frente ao pagamento dos eventos já ocorridos e ainda não apresentados. Até 2013 ela foi constituída com base na RN 160 e posteriores alterações. A partir de setembro de 2014, a Cooperativa elaborou Nota Técnica Atuarial de Provisão aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. A provisão teve seu início em janeiro de 2008.

j6 Outras Provisões

Quando aplicável, a Cooperativa deve constituir provisões necessárias à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que consubstanciada em Nota Técnica Atuarial de Provisões – NTAP e aprovadas pela Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras (“DIOPE”), sendo de constituição obrigatória a partir da data da efetiva autorização.

k Empréstimos e financiamentos a pagar

Os financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, estão sujeitos a juros e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

l Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cooperativa tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

m Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

n Imposto de renda e contribuição social

Calculados com base no lucro real tributável conforme determinações da Secretaria da Receita Federal, às operações consideradas não cooperadas, às alíquotas estabelecidas para o imposto de renda e para a contribuição social, nos termos da legislação fiscal e alíquotas vigentes. O resultado decorrente da operação com cooperados é isento destes tributos.

o Atos cooperativos e não cooperativos

Os Atos Cooperativos são aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados, e pelas cooperativas entre si quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais, correspondendo ao valor dos serviços efetivamente realizados pelos cooperados, conforme definido no artigo 79 da Lei nº 5.764/71.

Os Atos Auxiliares são aqueles que auxiliam o médico cooperado na sua prestação de serviços. Correspondem à utilização de hospitais, clínicas e laboratórios, sendo que, sem esta estrutura, não se poderia praticar a medicina.

Os Atos Não Cooperativos são aqueles que não têm relação com os médicos cooperados, alheios ao propósito principal da Cooperativa médica.

Os critérios de alocação dos dispêndios e despesas gerais, bem como o faturamento e demais receitas operacionais com atos cooperativos e não cooperativos, são como segue:

- Os custos diretos (eventos indenizáveis líquidos) da Cooperativa são identificados por ato cooperativo e ato não cooperativo;
- O faturamento em coparticipação e custo operacional é classificado em ato cooperativo e não cooperativo, de acordo com o evento ocorrido. Para o faturamento na modalidade de pré-pagamento, é efetuado um rateio proporcional ao custo direto desta modalidade;
- As despesas e as demais receitas indiretas são alocadas entre atos cooperativos e não cooperativos na proporção do faturamento desses atos, desde que não seja possível separar objetivamente, o que pertence a cada espécie de despesa ou receita.

p Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas quando aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

q Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis independentes da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

r Capital social

As cotas de capital de cada cooperado são classificadas no patrimônio líquido conforme artigo 140, da Lei nº 13.097/2015. No caso de demissão, eliminação ou exclusão os valores das cotas são reclassificados para o passivo circulante, aguardando aprovação do Conselho de Administração e será devolvido conforme o estatuto da Cooperativa e a legislação.

s Apuração das sobras ou perdas

Os ingressos e dispêndios de cooperados e as receitas e despesas com terceiros foram apropriados obedecendo ao regime de competência dos exercícios, e considera:

- Ingressos com operações de assistência à saúde: geralmente acordada entre a operadora e o comprador ou usuário do serviço de saúde, é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzida de quaisquer descontos e/ ou abatimentos.
- Eventos/ sinistros conhecidos ou avisados: é reconhecida no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas, reconhecidas pelo valor integral cobrado pelo prestador de serviço de saúde credenciado da Operadora.

5 Aplicações financeiras

Modalidade	2019		2018	
	Circulante	Não circulante	Total	Total
Aplicações garantidoras de provisões técnicas (i)				
Fundo Sicredi – SOB7CTF000	26.078	-	26.078	24.858
Fundos de investimento ANS - Banco Santander	7.144	-	7.144	6.812
	33.222	-	33.222	31.670
Aplicações livres				
CDB-DI pós-fixado	23.363	6.022	29.385	29.106
Fundos de investimento	57.120	-	57.120	43.715
Títulos da dívida pública	23.203	-	23.203	22.478
Renda Fixa - DPGE	-	15.550	15.550	234
Letra financeira - DI	-	-	-	6.351
	103.686	21.572	125.258	101.884
	136.908	21.572	158.480	133.554

As aplicações financeiras são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e representadas substancialmente por aplicações financeiras em fundos e certificados de depósitos bancários.

As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, considerando o valor e a época das aplicações, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Cooperativa.

(i) As aplicações garantidoras de provisões técnicas são aplicações financeiras vinculadas em Fundos Dedicados ao Setor de Saúde Suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições cuja movimentação ou desvinculação está sujeita à aprovação prévia da ANS, em conformidade com a RN 392/2015 e posteriores modificações pela RN 419/2016.

6 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Descrição	2019		2018	
	Pré pagamento	Pós pagamento	Total	Pós pagamento
Contraprestações pecuniárias a receber				
Plano Individual	1.872	-	1.872	7.478
Plano empresarial/coletivo	2.476	1.440	3.916	1.723
Livre adesão	903	-	903	-
(-) PPSC (i)	(837)	(95)	(932)	(656)
	4.414	1.345	5.759	1.067
Participação Benef. Eventos e Sinistros Indenizáveis				
Plano Individual	1.410	-	1.410	1.197
Plano empresarial/coletivo	3.589	-	3.589	3.039
Livre adesão	1.042	-	1.042	731
	6.041	-	6.041	4.967
Contraprestações de responsabilidade assumida				
Individual	31	-	31	-
Empresarial	-	32.736	32.736	9.871
(-) PPSC (i)	-	(13.083)	(13.083)	(6.295)
	31	19.653	19.684	3.576
	10.486	20.998	31.484	4.643
			9.747	14.390

(i) A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais planos.

7 Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

Descrição	2019	2018
Intercâmbio a receber – atendimento eventual (i)	10.238	22.547
Contas a receber – hospital (ii)	2.289	3.765
Outras contas a receber	3.003	11.173
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC (iii)	(8.436)	(16.965)
	7.094	20.520

- (i) Contas a receber referentes aos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde de outras Unimed's.
- (ii) Contas a receber referentes aos serviços prestados pelo Hospital Unimed e pelo Centro de Diagnóstico da Unimed a clientes particulares e outros convênios.
- (iii) Substancialmente composto por valores a receber de convênios de auto-gestão. A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade dos créditos dos contratos vencidos há mais de 90 dias.

8 Bens e títulos a receber

Descrição	2019		2018	
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante
Estoque (i)				
Estoque de materiais e medicamentos	13.641	-	13.641	11.681
	13.641	-	13.641	11.681
Outros créditos a receber				
Adiantamentos a fornecedores	968	-	968	12.516
Outras contas a receber (ii)	10.846	-	10.846	10.076
Adiantamento de produção (iii)	1.065	6.613	7.678	-
Títulos a receber	-	-	-	14
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC	(1.289)	-	(1.289)	(611)
	11.590	6.613	18.203	21.995
	25.231	6.613	31.844	33.676

- (i) Estoque de materiais e medicamentos disponível para comercialização na farmácia e para utilização no hospital compostos por:

<u>Descrição</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Medicamentos	6.113	5.456
Materiais médico-hospitalares	4.365	3.620
OPME (*)	1.442	1.106
Almoxarifado	477	590
Manutenção	653	461
Material de higiene e limpeza	415	313
Gêneros alimentícios, dietas e nutrição	104	67
Materiais de proteção e segurança	35	32
Rouparia	18	20
Descartáveis	19	16
	<u>13.641</u>	<u>11.681</u>

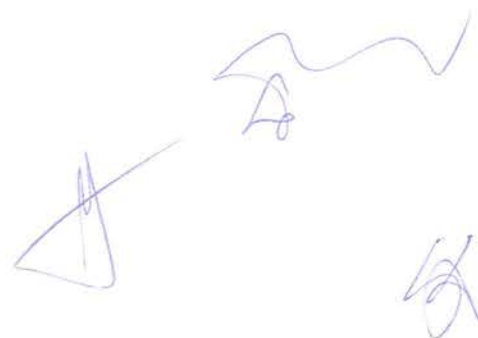
(*) Órteses, próteses e materiais especiais, nacionais e importados.

- (ii) Substancialmente composto pelo faturamento antecipado dos contratos de intercâmbio de competência dezembro/2019, cuja emissão da fatura ocorrerá em período subsequente.

- (iii) Refere-se a adiantamento de produção feito para retaguarda de leitos à Associação Beneficente Portuguesa de Bauru que será amortizado em até 80 meses.

9 Depósitos judiciais e fiscais

<u>Descrição</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Eventos e sinistros	1.749	1.896
Judiciais cíveis	602	474
Judiciais trabalhistas	29	46
Ressarcimento ao SUS	2.067	1.648
	<u>4.447</u>	<u>4.064</u>



10 Investimentos

a Composição do saldo

Descrição	2019	2018
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial		
Unimed Seguradora	1.319	1.145
Gemmini Gestora Mat. Med. Impl. Nac. Imp. Ltda.	24.634	8.169
(-) Capital a integralizar - Gemmini Gestora Mat. Med. Impl. Nac. Imp. Ltda.	(5.507)	-
Compliance Gestão Hospitalar e Amb Ltda. (i)	9.500	-
(-) Capital social a integralizar - Compliance Gestão Hospitalar e Amb Ltda. (i)	(9.500)	-
	<u>20.446</u>	<u>9.314</u>
Participações Societárias pelo Método de Custo		
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	733	683
Federação das Unimed's do Estado de São Paulo	3.395	3.144
Unimed Centro Oeste Paulista	6.996	4.708
Central Nacional Unimed	2.081	1.168
	<u>13.205</u>	<u>9.703</u>
	<u>33.651</u>	<u>19.017</u>

- (i) Em 2019 a Cooperativa possui capital a integralizar na investida Compliance Gestão Hospitalar e Ambulatorial Ltda. ("Empresa") no montante de R\$ 9.500 mil que representa 95% do capital social a integralizar da Empresa que tem por objeto social a prestação de serviço de: (a) administração e gestão de serviços de saúde, próprios e de terceiros, notadamente a administração e assessoramento em gestão de hospitais, ambulatorios e clínicas de saúde e; (b) de reestruturação ("turnaround") para pessoas jurídicas na área da saúde, notadamente, hospitais, ambulatorios e clínicas de saúde.

A Junta Comercial do Estado de São Paulo reconheceu a abertura da Empresa em 4 de junho de 2019 e não houve movimentações contábeis e financeiras até 31 de dezembro de 2019.

b Movimentação dos investimentos

	1º/1/2018	Adição	Ajuste a valor justo	Equivalência patrimonial 31/12/2018	Adição	Ajuste a valor justo	Equivalência patrimonial 31/12/2019
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial							
Unimed Seguradora	1.024	121	-	-	1.145	174	1.319
Gemmini Gestora Mat. Med. Impl. Nac. Imp. Ltda. (i)	3.871	-	-	4.298	8.169	6.492	19.127
	4.895	121	-	4.298	9.314	6.492	20.446
Participações Societárias pelo Método de Custo							
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	642	41	-	-	683	2	733
Federação das Unimed's do Estado de São Paulo	1.307	1.837	-	-	3.144	-	3.395
Unimed Centro Oeste Paulista	2.563	-	2.145	-	4.708	-	6.996
Central Nacional Unimed	1.060	-	108	-	1.168	-	2.081
	5.572	1.878	2.253	-	9.703	2	13.205
	10.467	1.999	2.253	4.298	19.017	6.494	33.651

(i) A investida Gemmini Gestora de Equipamentos, Materiais, Medicamentos e Implantes Nacionais e Importados Ltda. ("Sociedade") tem por objetivo social o comércio atacadista, nacionais e importados, de medicamentos e drogaria de uso humano, implantes, materiais e instrumentos para uso médico, cirúrgico, hospitalar e laboratórios, além do comércio atacadista de próteses, artigos de ortopedia e odontologia, produtos para saúde, cosméticos, perfumaria e artigos de tocador e produtos de higiene pessoal. Em 2019 houve um aumento do capital integralizado no montante de R\$ 6.492. A alteração do contrato social da Sociedade ocorreu em 23 de setembro de 2019, mas foi reconhecida pela Junta Comercial do Estado de São Paulo em 22 de janeiro de 2020.

Os números básicos da Sociedade em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 estão representados abaixo:

	2019	2018
Percentual de participação	99,99%	99,99%
Ativo	24.639	23.416
Passivo	20.173	19.118
Capital social	7.993	1.500
Patrimônio líquido	19.129	8.169
Resultado do exercício	4.466	4.298
Resultado de equivalência patrimonial	4.466	4.298
Valor atualizado do investimento	19.127	8.169

A participação nessa controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial e está sendo calculada no término de cada exercício.

As demonstrações financeiras da controlada foram examinadas pelos mesmos auditores que emitiram relatório, datado de 31 de janeiro de 2020 e não continha modificações, mas ênfase quanto à concentração de carteira e dependência financeira de sua controladora.

11 Imobilizado

a Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	2019	2018
				Líquido	Líquido
Terrenos	-	6.530	-	6.530	6.162
Edificações	4%	125.930	(21.568)	104.362	97.111
Aparelhos e equipamentos	10% a 50%	79.813	(26.909)	52.904	52.059
Veículos	20%	504	(278)	226	226
Móveis e utensílios	10%	7.429	(3.463)	3.966	3.736
Computadores e periféricos	20%	10.240	(6.732)	3.508	4.351
Imobilização em curso	-	24.420	-	24.420	6.491
Outras imobilizações	10%	6.578	(1.774)	4.804	3.930
		261.444	(60.724)	200.720	174.066

A Administração da Cooperativa realizou a análise da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado e a definição dos valores residuais finais. Portanto, no exercício de 2019, o cálculo da depreciação já contempla essas análises (valor depreciável), bem como, a análise quanto à recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado.

b Movimentação do custo histórico

Descrição	1º/1/2018	Aquisição	Baixa	Transferência	31/12/2018	Aquisição	Baixa	Transferência	31/12/2019
Terrenos	6.162	-	-	-	6.162	290	-	78	6.530
Edificações	47.082	78	-	69.454	116.614	399	(472)	9.389	125.930
Aparelhos e equipamentos	58.074	14.740	(680)	218	72.352	7.536	(278)	203	79.813
Veículos	491	41	(70)	-	462	88	(46)	-	504
Móveis e utensílios	5.835	1.022	(127)	(8)	6.722	774	(140)	73	7.429
Computadores e periféricos	8.165	1.996	(400)	-	9.761	517	(118)	80	10.240
Imobilização em curso	64.731	12.209	(785)	(69.664)	6.491	27.752	-	(9.823)	24.420
Outras imobilizações	3.879	1.364	-	-	5.243	1.522	(187)	-	6.578
	194.419	31.450	(2.062)	-	223.807	38.878	(1.241)	-	261.444

c Movimentação da depreciação acumulada

Descrição	1º/1/2018	Adição	Baixa	Transferência	31/12/2018	Adição	Baixa	Transferência	31/12/2019
Edificações	(17.689)	(1.814)	-	-	(19.503)	(2.065)	-	-	(21.568)
Aparelhos e equipamentos	(15.070)	(5.732)	510	(1)	(20.293)	(6.824)	187	21	(26.909)
Veículos	(197)	(84)	45	-	(236)	(88)	46	-	(278)
Móveis e utensílios	(2.633)	(455)	101	1	(2.986)	(545)	89	(21)	(3.463)
Computadores e periféricos	(4.698)	(1.110)	398	-	(5.410)	(1.432)	110	-	(6.732)
Outras imobilizações	(851)	(462)	-	-	(1.313)	(557)	96	-	(1.774)
	(41.138)	(9.657)	1.054	-	(49.741)	(11.511)	528	-	(60.724)

12 Intangível

a Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de amortização	Amortização		2019	2018
		Custo	acumulada	Total	Total
Software	20%	<u>8.400</u>	<u>(6.579)</u>	<u>1.821</u>	<u>2.669</u>

b Movimentação do intangível

Descrição	1º/1/2018	Adição	Baixa	31/12/2018	Adição	Baixa	31/12/2019
Custo histórico	7.645	559	(162)	8.042	364	(6)	8.400
(-) Amortização acumulada	(4.373)	(1.162)	162	(5.373)	(1.211)	5	(6.579)
	<u>3.272</u>	<u>(603)</u>	<u>-</u>	<u>2.669</u>	<u>(847)</u>	<u>(1)</u>	<u>1.821</u>

13 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Descrição	2019			2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Provisão para prêmio/ contraprestação não ganhas – PPCNG (i)						
Plano Individual	2.312	-	2.312	2.160	-	2.160
Livre adesão	580	-	580	461	-	461
Plano empresarial/coletivo	1.241	-	1.241	1.320	-	1.320
	4.133	-	4.133	3.941	-	3.941
Provisão para remissão (ii)						
Provisão para remissão	222	306	528	296	312	608
	222	306	528	296	312	608
Provisão para eventos a liquidar para o SUS (iii)						
Provisão para eventos a liquidar para o SUS	7.914	2.067	9.981	5.056	-	5.056
	7.914	2.067	9.981	5.056	-	5.056
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar (iv)						
Cooperados	11.421	-	11.421	8.994	-	8.994
Serviços credenciados	8.716	-	8.716	7.091	-	7.091
Intercâmbio	2.136	-	2.136	1.254	-	1.254
Reembolso a usuários	152	-	152	34	-	34
	22.425	-	22.425	17.373	-	17.373
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA (v)						
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA	8.612	-	8.612	7.613	-	7.613
	8.612	-	8.612	7.613	-	7.613
	43.306	2.373	45.679	34.279	312	34.591

As provisões técnicas foram constituídas em conformidade com a RN nº 209/09 da ANS, e posteriores alterações, que dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos e constituição de Provisões Técnicas a ser observadas pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde. Essas provisões devem ser garantidas por ativos que correspondem às aplicações financeiras lastreadas nos segmentos de renda detalhados na nota explicativa nº 5. A Cooperativa possui lastro plenamente suficiente para garantir a totalidade das provisões técnicas.

- (i) A provisão para prêmio/ contraprestações não ganhas - PPCNG é constituída conforme previsto na resolução normativa RN ANS 314/12 que corresponde à parcela das contraprestações referente ao período de cobertura do risco não decorrido, e aplica-se somente aos contratos de preço pré-estabelecidos, vigentes na data-base de sua constituição. Os valores registrados na PPCNG não precisam ser lastreados por ativos garantidores.
- (ii) Provisão constituída sobre planos que possuem cláusula de remissão, destinada à cobertura de assistência médico-hospitalar aos dependentes em caso de falecimento do usuário titular, apurada com base na metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial.
- (iii) Provisão de eventos a liquidar para o SUS: a Cooperativa está em demanda administrativa e judicial contra as cobranças do ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido pelo artigo 32 da Lei 9656/1998, advinda de atendimento médico, hospitalar e ambulatorial pela rede pública de saúde, de beneficiários do seu próprio plano de saúde. Diante das diversas controvérsias que recaem sobre essas cobranças, na opinião da Administração da Cooperativa e também dos assessores jurídicos, as estimativas provisionadas conservadoramente são suficientes para eventuais perdas com essas demandas. Existem depósitos judiciais classificados no ativo não circulante no montante de R\$ 2.067 mil conforme nota explicativa nº 9.
- (iv) A provisão de eventos/ sinistros a liquidar de operações de assistência à saúde representa valores relativos à prestação de serviços médicos cooperados e credenciados efetuados para a Cooperativa em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, reconhecidos pelo regime de competência e apresentados no grupo de provisões técnicas, conforme determinação da ANS.
- (v) A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) registrada no Passivo Circulante, foi constituída a partir de janeiro de 2008 com base na Resolução Normativa – RN nº 160/2007 e alterações posteriores da ANS. É destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela Cooperativa por falta de avisos. A Cooperativa registrou a provisão até 2013 com base na RN e a partir de setembro de 2014, elaborou Nota Técnica Atuarial de Provisão com aprovação da ANS.

14 Tributos e encargos sociais a recolher

Descrição	2019			2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Correntes						
IRRF	9.480	-	9.480	8.930	-	8.930
INSS	2.108	-	2.108	1.982	-	1.982
INSS retido	632	-	632	603	-	603
FGTS	637	-	637	583	-	583
ICMS	10	-	10	2	-	2
COFINS	197	-	197	348	-	348
ISS retido	201	-	201	189	-	189
PIS	35	-	35	59	-	59
ISS	23	-	23	19	-	19
Imposto único	418	-	418	417	-	417
Contribuição sindical	2	-	2	2	-	2
Outros impostos e taxas	3	-	3	2	-	2
	13.746	-	13.746	13.136	-	13.136
Parcelamentos						
ISS (i)	8.790	-	8.790	-	-	-
INSS – parcelamento (ii)	42	-	42	47	232	279
Tributos federais (ii)	1.675	13.099	14.774	1.612	14.225	15.837
Outros tributos federais (ii)	233	152	385	355	1.706	2.061
	10.740	13.251	23.991	2.014	16.163	18.177
	24.486	13.251	37.737	15.150	16.163	31.313

- (i) Em dezembro de 2019 a Cooperativa aderiu ao programa de parcelamento instituído pela Prefeitura Municipal de Bauru através da Lei 7.264/2019 - Programa de Recuperação Fiscal - fazendo uma confissão de dívida dos débitos autuados referente ao período de janeiro de 2014 a dezembro de 2018. Com a adesão ao parcelamento houve remissão de 75% do valor de juros equivalentes a R\$ 1.224 mil. Os débitos foram parcelados em 12 parcelas iguais e consecutivas de R\$ 843 mil com desconto na parcela final de R\$ 263 mil condicionado a pontualidade no pagamento.
- (ii) A Cooperativa aderiu ao parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, conforme a Lei 11.941, de 27 de maio de 2009 (Novo Refis) e Lei 12.996 de 18 de junho de 2014. Os débitos parcelados referentes à Lei 12.996 foram consolidados e somam, em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 427 mil. A Secretaria da Receita Federal do Brasil consolidou em 2018 o parcelamento de débitos federais conforme a Lei 12.865/2013 que representa, em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$ 14.774 mil.

15 Empréstimos e financiamentos a pagar

Modalidade	Vencimento final	2019			2018		
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Capital de giro	Outubro de 2023	3.343	9.750	13.093	3.344	13.089	16.433
Leasing	Novembro de 2020	866	-	866	1.205	866	2.071
(-) Juros a apropriar	-	(53)	-	(53)	(167)	(53)	(220)
		4.156	9.750	13.906	4.382	13.902	18.284

Os financiamentos referem-se a imobilizações. Os encargos são os normais de mercado para as modalidades. As garantias são alienações de Imóveis e equipamentos e aval dos diretores.

16 Débitos diversos

Descrição	2019			2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Obrigações com pessoal						
Salários	2.601	-	2.601	2.343	-	2.343
Participações	503	-	503	444	-	444
Honorários	125	-	125	121	-	121
Férias	8.387	-	8.387	7.852	-	7.852
	11.616	-	11.616	10.760	-	10.760
Fornecedores (i)						
Fornecedores	17.102	-	17.102	14.866	-	14.866
	17.102	-	17.102	14.866	-	14.866
Depósitos de beneficiários						
Depósitos de beneficiários	1	-	1	-	-	-
	1	-	1	-	-	-
Outros débitos a pagar						
Outros débitos a pagar	766	35	801	687	34	721
	766	35	801	687	34	721
	29.485	35	29.520	26.313	34	26.347

- (i) O saldo é composto substancialmente pelos valores a pagar aos fornecedores de materiais e medicamentos hospitalares e farmacêuticos, que estão disponibilizados tanto no hospital quanto na farmácia da Cooperativa. Não há contas a pagar vencidas.

17 Provisões judiciais

Descrição	2019	2018
Tributária - Federal (i)	5.669	5.478
Tributária - Municipal (ii)	16.766	37.533
Trabalhistas (iii)	3.295	2.078
Cíveis / indenizatórias (iii)	20.497	18.186
Multa administrativa da ANS	1.576	-
Outras contingências (iv)	8.610	7.277
	56.413	70.552

A Cooperativa, no desenvolvimento normal de suas operações, está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é considerado suficiente pela Administração e assessoria jurídica da Cooperativa para fazer face a eventuais perdas que possam advir no futuro.

(i) Tributária - Federal:

Em 2019, o saldo da provisão corresponde a processos de PerdComp de IRRF não homologados pela Receita Federal do Brasil e auto de infração do INSS, referente a diferença da alíquota do SAT, que está sendo discutido administrativamente.

(ii) Tributária - Municipal:

Conforme nota explicativa nº 14, a Cooperativa aderiu ao parcelamento junto à Prefeitura Municipal de Bauru consolidando os débitos pendentes correspondentes aos períodos de janeiro de 2014 a dezembro de 2018 que representou um saldo devedor atualizado de R\$ 10.116 mil parcelado em 12 prestações de R\$ 843 mil. No entanto, a Administração da Cooperativa ainda discute e defende a exigibilidade e decadência dos débitos relativos aos períodos de setembro de 2004 a dezembro de 2013 e o montante que ainda consta conservadoramente provisionado corresponde aos valores supostamente devidos referente ao período em questão e ao exercício de 2019.

(iii) Trabalhistas/ Cíveis:

Encontram-se em questionamento ações nas áreas cível e trabalhista. A Administração da Cooperativa, suportada pela assessoria jurídica, entende que as estimativas provisionadas são suficientes para cobrir eventuais perdas. Há depósitos judiciais efetuados para essas ações no montante de R\$ 631 mil, conforme nota explicativa nº 9.

(iv) Outras contingências:

As outras contingências correspondem, substancialmente, aos valores não recebidos em cobrança administrativa do SUS que não constam nas obrigações relacionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Também compõem as outras contingências o montante de R\$ 1.543 mil, referente à taxa de saúde suplementar correspondente ao período de abril de 2017 a dezembro de 2019, cuja inexigibilidade está amparada em provimento judicial exarado em sede de antecipação de tutela, no âmbito de ação declaratória movida por parte da Unimed Bauru – Cooperativa de Trabalho Médico.

De acordo com as legislações vigentes, as operações da Cooperativa estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais diferentes para os diversos impostos e contribuições federais, estaduais e municipais.

18 Passivos contingentes

A Cooperativa discute ações cíveis e trabalhistas nos montantes de petição inicial de R\$ 16.261 mil e R\$ 2.027 mil, respectivamente, cuja opinião dos consultores jurídicos quanto a probabilidade de perda para 31 de dezembro de 2019 é que o desfecho desses processos pelo andamento atual classifica-se como possível. Tais ações, devido a natureza e histórico são plenamente passíveis de acordos de menor valor. Por definição da Administração, sobre estas demandas também foi constituída provisão.

19 Patrimônio líquido

a Capital social

O Capital social é formado por cotas partes distribuídas entre os cooperados e classificado no patrimônio líquido. De acordo com o Estatuto Social cada associado tem direito a um só voto, qualquer que seja o número de suas cotas partes. Conforme previsto no Estatuto Social, serão atribuídos juros de até 12% sobre o capital integralizado, quando apuradas sobra no final do exercício com valores definidos na Assembleia Geral Ordinária. Em 2019 foram atribuídos juros de 4%.

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa continha o valor de R\$ 8.398 mil de capital a integralizar.

b Destinações estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei 5.764/1971, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

- 10% para Reserva Legal, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, destinada à prestação de assistência aos cooperados e funcionários da Cooperativa, nos termos de regulamentação própria a ser definida em Assembleia Geral, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação; e
- outras reservas que poderão ser constituídas com fins e duração específicos em Assembleia Geral.

c Reserva técnica para riscos fiscais

Constituída na Assembleia Geral Ordinária de exercícios anteriores destinada para eventuais riscos fiscais, em decorrência dos assuntos comentados na nota explicativa nº 17.



d Sobras à disposição da AGO

As sobras apuradas após a constituição das reservas estatutárias ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) para deliberação quanto à sua destinação. Por decisão do Conselho de Administração e "Ad-referendum da AGO", o resultado das operações com terceiros não foi demonstrado e nem levado à conta da RATES, conforme determinação da legislação aplicável.

De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei 5.764/1971, e o Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados de acordo com a usufruição dos serviços da Cooperativa ou, ainda, incorporadas em reservas conforme deliberação dos cooperados na Assembleia Geral. Em 2019 as sobras à disposição da AGO são de R\$ 14.310 mil conforme demonstrado abaixo:

<u>Descrição</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Sobra líquida do exercício	78.603	61.083
Distribuição antecipada de sobras	(6.333)	(5.819)
Utilização da RATES	1.784	1.889
Constituição de reservas estatutárias:		
Reserva legal – 10%	(7.860)	(6.108)
RATES – 5%	(3.930)	(3.054)
Transferência para reserva "Ad-referendum" da AGO	(47.954)	(33.553)
Sobras à disposição da AGO	14.310	14.438

20 Eventos indenizáveis, líquidos / sinistros retidos

<u>Descrição</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Eventos/sinistros conhecidos ou avisados		
Consulta médica	(59.231)	(35.339)
Exames	(63.166)	(41.035)
Terapias	(11.201)	(5.993)
Internações	(205.782)	(127.919)
Outros atendimentos ambulatoriais	(97.064)	(47.792)
Demais despesas médicas hospitalares	(3.624)	(43.301)
Outros eventos/sinistros	-	(70)
	<u>(440.068)</u>	<u>(301.449)</u>
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA		
Variação da PEONA	(999)	(882)
	<u>(999)</u>	<u>(882)</u>
	<u>(441.067)</u>	<u>(302.331)</u>

21 Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido –Carteira de planos individuais/familiares após Lei 9.656/1998

Descrição	Consulta médica	Exames	Terapias	Internações	Outros atendimentos	Demais despesas	Total
Rede própria	11.390	4.916	1.803	30.727	14.649	-	63.485
Rede contratada	385	5.616	381	6.703	2.829	867	16.781
Reembolso	9	15	33	-	451	-	508
Intercâmbio eventual	83	101	371	1.590	1.157	-	3.302
Total	11.867	10.648	2.588	39.020	19.086	867	84.076
Corresponsabilidade cedida	12	24	7	429	175	-	647

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de Eventos Médicos Hospitalares de Assistência Médico-Hospitalar do Documento de Informações Periódicas – DIOPS do 4º trimestre de 2019 está em conformidade com o Ofício Circular DIOPE nº 01, de 1º/11/2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

A Cooperativa registra contabilmente os valores segregados entre atos cooperativos principais e atos cooperativos auxiliares.

22 Ingressos/ receitas de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

Descrição	2019	2018
Ingressos/ receitas com operações de assistência médico-hospitalar		
Intercâmbio eventual	78.038	151.646
Auto gestão	5.599	61.588
Saúde ocupacional	2.522	2.234
Taxa de consultório	2.012	1.183
Particulares	6.650	5.733
Outros convênios	6.554	5.208
Prestação de serviços	30	33
	101.405	227.625
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar		
Taxa de administração	4.823	-
Diferença de tabela	14.302	-
	19.125	-
Outros ingressos/ receitas operacionais		
Receita de vendas líquidas - farmácia comercial	18.461	17.605
Despesas recuperadas	687	483
Outras receitas operacionais	417	455
	19.565	18.543
	140.095	246.168

23 Outros dispêndios/ despesas oper.de assistência à saúde não relac.com planos de saúde da operadora

Descrição	2019	2018
Dispêndios/despesas com prestação de serviço hospitalar		
Custo de atendimentos particulares e outros convênios	(9.401)	(7.529)
Custo de ociosidade	(16.755)	(8.919)
Intercâmbio eventual	(81.732)	(124.312)
Auto gestão	(5.176)	(37.097)
Saúde ocupacional	(2.727)	(2.000)
Provisão para perda sobre créditos não relacionados com o plano de saúde	(2.141)	-
	(117.932)	(179.857)
Outros dispêndios/despesas operacionais		
Custos dos produtos vendidos - farmácia comercial	(14.043)	(13.454)
	(14.043)	(13.454)
	(131.975)	(193.311)

24 Dispêndios/ despesas administrativas

Descrição	2019	2018
Pessoal	(19.672)	(19.162)
Serviços de terceiros	(5.461)	(5.271)
Localização e funcionamento	(3.876)	(3.666)
Publicidade e propaganda	(3.017)	(2.498)
Tributos	(1.364)	(902)
Despesa com multa administrativa	(1.584)	(135)
Diversas	(3.550)	(4.598)
	(38.524)	(36.232)

25 Resultado financeiro líquido

Descrição	2.019	2.018
Ingressos financeiros		
Rendimentos de aplicações financeiras	10.123	8.490
Juros por recebidos em atraso	1.316	1.307
Atualização monetária	1.060	8.102
Descontos obtidos	513	127
Reversão de encargos - adesão a parcelamento (i)	9.292	-
Outros (ii)	1.457	1
	23.761	18.027
Dispêndios financeiros		
Juros e atualização	(2.585)	(6.526)
Despesas financeiras	(821)	(820)
Juros sobre capital próprio	(1.489)	(1.232)
Atualização monetária do ressarcimento ao SUS	(759)	-
	(5.654)	(8.578)
	18.107	9.449

- (i) Refere-se a reversão dos encargos provisionados dos débitos pendentes de ISS junto a Prefeitura Municipal de Bauru relativos aos períodos confessados e parcelados pela Cooperativa conforme nota explicativa nº14.
- (ii) Substancialmente composto pela remissão de 75% do valor de juros dos débitos de ISS conforme nota explicativa nº14.

26 Imposto de renda e contribuição social

O resultado apurado em operações realizadas com atos cooperativos é isento de tributação e o resultado de atos não cooperativos são tributados pelas alíquotas vigentes, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Sobras antes dos tributos	80.983	63.398
Adição/ exclusões		
Resultados não tributáveis de sociedades cooperativas	(73.783)	(57.089)
Base de cálculo	7.200	6.309
Imposto de renda - 15%	(1.080)	(946)
Adicional do imposto de renda - 10%	(696)	(607)
Dedução PAT	44	47
Imposto de renda	(1.732)	(1.506)
Contribuição social - 9%	(648)	(568)

27 Operações de corresponsabilidade em atendimento médico-hospitalar

Nos exercícios de 2019 e 2018 a Cooperativa realizou operações de corresponsabilidade em atendimento médico-hospitalar e a demonstração dos valores relacionados a essas operações está detalhada abaixo, em consonância com a Resolução Normativa RN 446 de 1º de novembro de 2019:

a (-) Contraprestações de corresponsabilidade cedida de assistência médico-hospitalar (3117)

	Preço pré-estabelecido		Preço pós-estabelecido	
	2019	2018	2019	2018
1 - Cobertura Assistencial com Preço Prestabelecido				
1.1 - Planos individuais/familiares antes da lei	-	-	4	-
1.2 - Planos individuais/familiares depois da lei	-	-	647	2.131
1.3 - Planos coletivos por adesão antes da lei	-	-	32	107
1.4 - Planos coletivos por adesão depois da lei	-	-	2.874	5.458
1.5 - Planos coletivos empresariais antes da lei	-	-	318	806
1.6 - Planos coletivos empresariais depois da lei	-	-	21.106	21.202
	-	-	24.981	29.704
2 - Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido				
2.3 - Planos coletivos por adesão antes da lei	-	-	-	-
2.4 - Planos coletivos por adesão depois da lei	-	-	-	-
2.5 - Planos coletivos empresariais antes da lei	-	-	1.545	984
2.6 - Planos coletivos empresariais depois da lei	-	-	1.671	2.515
	-	-	3.216	3.499
	-	-	28.197	33.203

b Eventos/ sinistros conhecidos ou avisados de assistência a saúde médico hospitalar (411x1)

	Carteira própria		Corresponsabilidade assumida	
	2019	2018	2019	2018
1 - Cobertura Assistencial com Preço Prestabelecido				
1.1 - Planos Individuais/Familiares antes da Lei	514	613		-
1.2 - Planos Individuais/Familiares depois da Lei	84.880	74.493		-
1.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei	3.166	2.666	725	-
1.4 - Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	73.917	68.342		-
1.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei	4.344	3.973		-
1.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	118.277	97.182		260
	285.098	247.269	725	260
2 - Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido				
2.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei	-	-		-
2.4 - Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	-	-	146.456	-
2.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei	2.227	1.753		15.878
2.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	5.734	6.822		29.209
	7.961	8.575	146.456	45.087
	293.059	255.844	147.181	45.347

28 Transações com partes relacionadas

a Diretoria

A estrutura de governança corporativa da Cooperativa compreende a Diretoria, cujas atribuições, poderes e funcionamento são definidos no Estatuto da Cooperativa. Os diretores são os representantes legais da Cooperativa, responsáveis principalmente, pela sua administração e pelo desenvolvimento das políticas e diretrizes gerais. São eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, com mandato de três anos para o Conselho de Administração, sendo permitida a reeleição de até 1/3 de seus integrantes, para o Conselho Fiscal o mandato é de um ano com obrigatoriedade de troca de 2/3 dos seus integrantes. A Cooperativa efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a remuneração por serviços prestados a seus beneficiários do plano de saúde e pagamento de pró-labore.

Parte relacionada	Natureza da operação	2019	2018
Conselho de Administração	Prestação de serviços	4.020	6.898
Conselho de Administração	Diárias e pró-labore	1.618	1.577
Conselho de Administração	Capital social	403	724
Conselho Fiscal	Prestação de serviços	5.275	4.159
Conselho Fiscal	Cédula de presença	65	58
Conselho Fiscal	Capital social	466	431

b Atividade cooperativista

As outras transações são efetuadas em similaridade com o praticado pelo mercado e a atividade cooperativista:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Bancos conta movimento	2.148	663
Aplicações financeiras	33.469	31.835
Rendimento de aplicações financeiras	1.837	1.874

c Controladas

<u>Descrição</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo circulante		
Adiantamento a fornecedor	-	11.401
	-	11.401
Passivo circulante		
Contas a pagar	327	64
	327	64
Resultado		
Custo	25.507	19.201
	25.507	19.201

Os resultados das operações da Cooperativa poderiam ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas, devido as condições específicas estabelecidas pela Administração para as transações em comum.

29 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

29.1 Análise dos instrumentos financeiros

A Cooperativa participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a esses instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A avaliação de tais ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feita por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e outros referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

A Cooperativa não possuía contratos com operações financeiras relacionados a instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2019 e 2018.

29.2 Gerenciamento de riscos financeiros

A gestão de risco é realizada pela gerência financeira, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A gerência financeira identifica, avalia e protege a Cooperativa contra eventuais riscos financeiros. A gerência financeira estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

A Cooperativa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: a) risco de mercado; b) risco de crédito; e c) risco de liquidez.

a Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado — tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações — afetarem os ganhos da Cooperativa ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Cooperativa não utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

A Cooperativa não aplica contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado.

a.1 Risco de taxas de juros

A Cooperativa não possui alto o risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros para seus financiamentos. A Cooperativa não trabalha com instrumentos derivativos e todas as contas estão atreladas a taxas básicas da economia brasileira, principalmente Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

a.2 Risco cambial

A Cooperativa não está exposta a riscos cambiais.

b Riscos de crédito

O risco de crédito decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde e operações compromissadas. O departamento financeiro avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. O faturamento de assistência à saúde é liquidado, substancialmente, por meio de boleto bancário.

b.1 Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

<u>Descrição</u>	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Disponível		17.901	22.578
Aplicações financeiras	5	136.908	126.969
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	31.484	14.390
Créditos de oper. de assist. à saúde não relac.com planos de saúde da operadora	7	7.094	20.520
Bens e títulos a receber	8	25.231	33.676
Conta corrente com cooperados		17	16
		<u>218.635</u>	<u>218.149</u>

b.2 Contas a receber e outros recebíveis

A política de gerenciamento do risco de crédito sobre o contas a receber está em linha com a Instrução Normativa 46/11 emitida pela ANS, que estabelece que deva ser constituída provisão para perda decorrente da existência de inadimplência. As operadoras de Planos de Assistência à Saúde devem constituir a Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.
- (ii) Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.

- (iii) Para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde da própria operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato provisionada.

c Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Cooperativa encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Cooperativa na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Cooperativa.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Cooperativa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, bem como exigências de garantias determinadas pelo órgão que regula as operadoras de saúde, a ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar.

A Cooperativa investe o excesso de caixa gerado em depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes e não possui garantias.

29.3 Gestão de capital

Os objetivos da Cooperativa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Cooperativa para oferecer retorno aos cooperados e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possui, aproximadamente, 31% (35% em 2018) do seu ativo total registrado como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

29.4 Recursos próprios mínimos

a Patrimônio mínimo ajustado (PMA)

A RN nº 209/09 da ANS dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos e constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde.

O PMA é determinado através RN nº 209/09 da ANS e representa o valor mínimo do patrimônio líquido da operadora de saúde, ajustado por efeitos econômicos, calculado a partir da multiplicação do fator "K", emitido pela ANS, pelo capital-base de R\$ 8.789.792, o qual será ajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE).

O fator "K" vigente em dezembro de 2019 corresponde a 4,76%, de modo que o Patrimônio Mínimo Ajustado é de R\$ 418 mil (R\$ 404 mil em 2018) e, conseqüentemente, o patrimônio líquido da

Cooperativa atende a esse mínimo estabelecido. Em 31 de dezembro de 2019 o Patrimônio Líquido Ajustado pelos efeitos econômicos considerados pela Administração é de R\$ 279.534 mil (R\$ 232.462 mil em 2018).

b Margem de solvência

A margem de solvência determina o nível econômico que o patrimônio líquido das Operadoras de Planos de Saúde deverá atingir. Este critério deve ser observado mensalmente. Corresponde à suficiência do patrimônio líquido ajustado para cobrir o maior montante entre os seguintes valores:

- (i) 0,20 (zero vírgula vinte) vezes a soma dos últimos 12 (doze) meses: de 100% (cem por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço preestabelecido, e de 50% (cinquenta por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço pós-estabelecido;
- (ii) 0,33 (zero vírgula trinta e três) vezes a média anual dos últimos trinta e seis meses da soma de: 100% (cem por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pré-estabelecido e de 50% (cinquenta por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pós-estabelecido.

Abaixo o cálculo da Margem de Solvência da Cooperativa conforme determina a normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) em 31 de dezembro:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contraprestações líquidas (últimos 12 meses)		
100% Preço pré-estabelecido x 0,20	64.539	57.619
50% Preço pós-estabelecido x 0,20	<u>21.724</u>	<u>7.168</u>
	<u>86.263</u>	<u>64.787</u>
Eventos indenizáveis líquidos (média anual dos últimos 36 meses)		
100% Preço pré-estabelecido x 0,33	85.983	77.096
50% Preço pós-estabelecido x 0,33	<u>11.979</u>	<u>4.293</u>
	<u>97.962</u>	<u>81.389</u>
Margem de solvência		
% da proporcionalidade exigida até 31 de dezembro (*)	<u>77,90%</u>	<u>70,52%</u>
Margem de solvência exigida	<u>76.312</u>	<u>57.396</u>

Conforme demonstrado acima, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o patrimônio líquido ajustado por efeitos econômicos é suficiente para atender a Margem de Solvência.

30 Reconciliação entre os métodos direto e indireto dos fluxos de caixa das atividades operacionais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Sobra antes dos tributos	80.983	63.157
Ajustes:		
Depreciações e amortizações	12.722	10.820
Resultado na alienação de bens	714	1.007
Ajuste a valor justo	(3.674)	(2.253)
Equivalência patrimonial	(4.466)	(4.297)
Provisão para perdas sobre créditos	436	6.285
Juros provisionados e não pagos	-	65
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	6.036	1.686
Provisões/reversões para ações judiciais	(14.139)	15.200
	<u>78.612</u>	<u>91.670</u>
(Aumento) redução nos ativos:		
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	(1.552)	(1.547)
Aplicações livres	(23.375)	(5.462)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(17.530)	(11.100)
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	13.426	(3.015)
Créditos tributários e previdenciários	1.681	6.776
Bens e títulos a receber	1.832	(209)
Despesas antecipadas	111	(123)
Conta corrente com cooperados	(1)	22
Depósitos judiciais	(383)	157
	<u>(25.791)</u>	<u>(14.501)</u>
Aumento (redução) de passivo		
Eventos/ sinistros a liquidar	5.052	240
Débitos de operações assist. à saúde	57	1.422
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	(3.226)	188
Tributos e encargos sociais a recolher	6.424	(10.934)
Débitos diversos	3.173	(990)
Conta corrente com cooperados	589	703
	<u>12.069</u>	<u>(9.371)</u>
	<u>(2.380)</u>	<u>(2.074)</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>62.510</u>	<u>65.724</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais - método indireto	<u>62.510</u>	<u>65.724</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais - método direto	<u>62.510</u>	<u>65.724</u>

O fluxo de caixa do exercício de 2018, apresentado para fins de comparação, foi reapresentado do método indireto para o método direto em atendimento a RN 435/2018. A rerepresentação não alterou o resultado das atividades operacionais.

31 Cobertura de seguro

A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.



Emerson Luiz C. Campos
Diretor Presidente
CPF 137.238.858-37



Aparecido Donizeti Agostinho
Vice-Presidente
CPF 130.948.738-39



Cristina A Félix Bueno
Contadora
CRC 1SP146902/O-2

Auditoria: Moore Stephens Prisma Auditores Independentes
CNPJ 68.323.807/0001-07 - CRC 2SP017256/O-3

Atuária: PROSPERA CONSULTORIA ATUARIAL LTDA
CNPJ 05.475.051/0001-93 - CIBA 135

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras**

Aos Cotistas e Administradores da
Unimed de Bauru – Cooperativa de Trabalho Médico
Bauru SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Unimed de Bauru – Cooperativa de Trabalho Médico (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unimed de Bauru – Cooperativa de Trabalho Médico em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 7 de fevereiro de 2020.

Moore Stephens Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3



José Paulo de Castro
CRC 1SP145661/O-2

Termo de Responsabilidade Atuarial de Provisões Técnicas

Eu, Mateus Salles Rocha, telefone (11) 3195-6400, e-mail prospera@prosperabr.com, inscrito no CPF sob o n.º 116.378.376-58, como atuário legalmente habilitado, com número de registro profissional MIBA 3.360, sou responsável pelo cálculo das Provisões Técnicas da operadora UNIMED DE BAURU COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, registrada sob o n.º 36.965-9, na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS,

DECLARO, para os devidos fins de direito:

A - que os trabalhos foram conduzidos de acordo com os princípios atuariais e as diretrizes estabelecidas pela regulamentação vigente. Desta forma, as Provisões Técnicas foram verificadas e apuradas com base em metodologias atuariais de cálculo aderentes à realidade operacional da operadora;

B – que no quadro abaixo estão dispostos os valores das provisões apuradas por mim para cada mês do 4º trimestre de 2019:

Mês de Competência	Provisão para Remissão	PEONA
out/19	R\$ 693.309,01 /	R\$ 9.962.712,54
nov/19	R\$ 705.924,46 /	R\$ 8.538.605,74
dez/19	R\$ 528.142,05 /	R\$ 8.611.859,26 /

C - que executei testes que atestam a qualidade dos dados que serviram de base para a elaboração do cálculo da Provisão para Remissão e PEONA;

D – que ao proceder à apuração da Provisão para Remissão, foi verificada à necessidade de se atualizar os custos assistenciais considerados no cálculo a partir da competência de jan/2020;

Em relação à PEONA, com os dados atualizados até dez/19, foi possível aferir o montante da PEONA Real até a competência de set/19 em razão do descarte de 3 meses. Observamos que desde julho/19 há uma tendência de decréscimo no total de eventos ocorridos, o que justifica uma queda significativa no patamar da EONA nestas datas.

Ressalta-se que a metodologia vigente da Unimed de Bauru contempla os eventos SUS. Logo, a partir de jan/2020, a base contábil de eventos será segregada para aplicação de um único fator, gerando de forma segregada as estimativas de PEONA SUS e de PEONA de Outros Prestadores.

Assim, para garantir a continuidade da consistência das estimativas, reavaliamos o fator de PEONA a ser utilizado para contabilização a partir da competência de jan/2020, passando de 0,3325 para 0,3246.

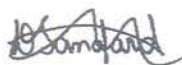
E – assumir, integral responsabilidade pela fidedignidade das declarações ora prestadas, ficando a ANS, desde já, autorizada a delas fazer, nos limites legais e em juízo ou fora dele, o uso que lhe aprover;

F – estar ciente que qualquer comissão ou omissão de informação, no que tange aos trabalhos por mim executados, **que vier a dar causa** à instauração do regime de direção fiscal e/ou liquidação extrajudicial nos últimos 12 (doze) meses à data de instauração, poderá levar a indisponibilidade dos meus bens, com base no disposto no inciso I, do § 3º, do art. 24-A, da Lei 9.656/1998.

São Paulo, 22 de abril de 2020.

Mateus Salles Rocha

Mateus Salles Rocha
MIBA 3.360



Italoema Destro Sanglard Laurentys
Prospera Consultoria LTDA
CIBA 135